

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DATA : 14/06/95

HORÁRIO: 10:00 horas

LOCAL : APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

Sob a presidência do Comandante Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior, presidente do CAP e na presença dos Conselheiros, todos constantes do Livro de Presenças foi realizada a 25ª Sessão Ordinária do CAP, às 10:00 horas, no Centro Administrativo Tagua-ré da APPA.

Iniciando o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos dizendo do longo caminho a percorrer e que com a colaboração de todos espera complementar sua missão.

Expediente:

- 1- Leitura e aprovação da Ata da 24ª Reunião-Sessão Solene realizada no dia 14, com posterior assinatura dos presentes;
- 2- Justificadas as ausências do Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho nesta reunião e a do Conselheiro Carlos Roberto Frioli na Reunião Ordinária do dia 28 de Abril.

Correspondências:

1- Expedidos:

- Ofício nº 003/95 - CAP à APPA referente a cessão de um advogado para acompanhamento jurídico do Mandato de Segurança impetrado por LIBRAS - Linhas Brasileiras de Navegação contra o CAP.
- Comunicação nº 011/95 - CAP aos Senhores Conselheiros informando a data da reunião e respectiva Ordem do Dia.

2- Recebidos:

- Ofício nº 009/95 - SINDOP, de 02.05.95, solicitando cópia das atas da reunião do CAP.
- Ofício-Circular nº 012/95 - AOPP, de 05.05.95, comunicando a

F1.02

eleição realizada no dia 27.04.95 onde foi eleita a nova Diretoria Fiscal para reger a entidade de 1995/1998 conforme relação anexa.

- Ofício-Circular nº 008/95 - SINDAPAR, de 05.05.95, comunicando a eleição realizada no dia 27.04.95, onde foi eleita a nova Diretoria e Conselho Fiscal para reger a entidade de 1995/1998 conforme relação anexa.

- Ofício nº 010/95 - SINDOP, de 08.05.95, informando que o OGMO concluiu os trabalhos para o pagamento de I.T.P. aos trabalhadores Portuários Avulsos.

- Correspondência nº 125/95 - COAMO, de 17.05.95, solicitando cópia das atas das reuniões do CAP.

Ordem do Dia :

1- A Lei 8630 - Diretrizes do Governo Federal - Propósitos do GEMPO - Atribuições do CAP :

O presidente do CAP dizendo tomar um pouco de atenção dos Senhores Conselheiros, tendo em vista dar algumas notícias sobre este item 1 da Ordem do Dia, começou sua exposição feita com recursos de transparências dizendo que, com relação a atividade Portuária aconteceram decisões da Presidência da República que tem por escopo a adoção de linhas de ação e também criação de determinados organismos visando a modernização dos Portos brasileiros.

Falou sobre a Câmara de Política da Infra-Estrutura. A resolução nº 01 da Presidência da República fixa como orientação básica para o desenvolvimento de atividades e iniciativas relacionadas ao programa integrado e modernização dos portos.

Essa medida foi chamada de Câmara de Políticas da Infra-Estrutura.

O Sr. Presidente discorreu sobre os itens da Resolução e em seguida falou do Decreto Nº 1467/95 que criou o Grupo Executivo para Modernização dos Portos - GEMPO.

O GEMPO tem por finalidade coordenar as providências necessárias à modernização dos Portos brasileiros, em especial a afetivação plena das disposições estabelecidas pela Lei 8630.

F1.03

Em seguida o Presidente Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior fez o enunciado dos demais artigos do referido Decreto salientando que o GEMPO ficará subordinado à "Câmara de Políticas Infra-Estrutura" sendo integrado por representantes dos Ministérios, Transportes, Trabalho, Fazenda, Indústria e Comércio, Turismo e Marinha.

Comunicou que cópias da Resolução nº 01 e Decreto Nº 1467 serão distribuídos aos Conselheiros e destacou algumas das diretrizes elaboradas pelo GEMPO e transmitidas ao Presidente do CAP em Brasília. São eles: Permissão para Terminais Privativos movimentarem cargas de terceiros, isenção da ATP para terminais situados fora da área do Porto organizado, Administração do Porto exercida diretamente pela União ou pela Entidade Concessionária do porto organizado, dentro do modelo da Administração Portuária aplicável a ambos os casos: sentido descentralizador e desregulamentador da lei ao deslocar para a região competência decisória, regulamentadora de assessoramento e promoção comercial.

CAP é o órgão normativo de fomento e deliberação dos assuntos que digam respeito ao funcionamento dos portos organizados. É o órgão mais importante do modelo de administração portuária. Também é o foro onde os aspectos macro do porto, como seu futuro e seu desenvolvimento serão debatidos em assuntos como: Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, Tarifas, Regulamento de Exploração, Uso Racional de Instalações, Normas de Pré-Qualificação de Operadores Portuários serão assuntos, entre outros, que serão decididos pelo CAP.

O CAP se situa acima do Conselho de Administração das concessionárias e é órgão normativo do Porto, enquanto o Conselho de Administração é o elemento da estrutura da Administração da Empresa. Em seguida o Presidente discorreu sobre as finalidades do CAP, e disse de sua competência conforme abaixo:

1. Baixar o Regulamento de Exploração;
2. homologar o horário de funcionamento do Porto;
3. Opinar sobre a proposta de Orçamento do Porto;
4. Promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias;
5. Fomentar a ação industrial e comercial

do Porto; 6. Zelar pelo cumprimento das normas de defesa de concorrência; 7. desenvolver mecanismos para atração de cargas; 8. homologar os valores das Tarifas Portuárias; 9. manifestar-se sobre os programas de obras, aquisição e melhoramento da infraestrutura portuária; 10. aprovar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto; 11. Promover estudos objetivando compatibilizar o Plano de Desenvolvimento do Porto com os programas federais, estaduais e municipais de transportes em suas diversas modalidades; 12. Assegurar o cumprimento das normas de Proteção ao Meio Ambiente; 13. Estimular a competitividade; 14. Indicar um membro da classe empresarial e outro da classe trabalhadora para compor o Conselho de Administração ou órgão equivalente da concessionária do Porto se, entidade estadual; 15. Baixar seu Regimento Interno e; 16. Pronunciar-se sobre outros assuntos de interesse do Porto.

Essas foram basicamente as instruções que disse ter recebido em Brasília com autoridades da Marinha e do GEMPO e é um compromisso dessas autoridades procurar de forma imparcial implementar a Lei 8630. Sobre a Lei disse o Presidente que o CAP, em razão de sua experiência no âmbito regional, poderia mandar sugestões àquelas autoridades federais ou relatar sobre suas conclusões contribuindo dessa forma para seu aprimoramento.

2- Relatório das Atividades da APPA:

O Diretor Técnico da APPA, Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos sobre o item dois da pauta da reunião relatou que foi concluído os estudos batimétricos do Canal de Acesso e Bacia de Evolução e no que tange a Dragagem propriamente dita, uma das partes interessadas entrou com recurso sobre a decisão de concorrência, mas que isso não demandaria maiores problemas. Depois falou sucintamente sobre a recuperação do Portainer, revisão e mudança do guindaste 14 para outro ponto, recuperação da Cábreá Amazonas a das empilhadeiras Madal. Depois informou sobre a licitação para a pavimentação do pátio de Triagem, a recuperação do transtai^{ner} e a confecção de placas de sinalização, tendo em vista melhorar a segurança na movimentação de Veículos.

F1.05

Disse que já estão construídos 27 mil metros quadrados que serão interligados com o Centro de Distribuição de Veículos e que o atraso da Safra de Grãos determinado pelos preços internacionais tem permitido alguns acertos nos equipamentos, mas espera que a partir de agosto o movimento de cargas no Corredor recomece. Há uma boa movimentação da Carga Geral, com muito bom desempenho na movimentação de fertilizantes o que reflete que o equipamento utilizado nessas operações foram recuperados.

Informou que o Porto está procurando parceria com a iniciativa privada, em especial com os aduberos a fim de que a recuperação dos guindastes 14 e 19 se faça de forma efetiva. (O porto fará a parte mecânica e a iniciativa privada a parte elétrica). Os demais guindastes estão sendo recuperados. Foram concluídos 12 mil metros do pátio para o terminal de containers. A APPA atualmente possui 47 mil metros quadrados de área.

Por último disse que a APPA está informatizando a confecção das Ordens de Embarque fato que proporcionará um avanço nos procedimentos com consequente redução de tempo.

Usando da palavra o Superintendente e Conselheiro José Anibal Petráglia lembrou as primeiras reuniões que realizou nas quais admitiu as dificuldades operacionais que iria enfrentar e, que, agora percebe que a APPA já alcançou alguns níveis de produção. Falou da Cámbrea e dos problemas legais que serão resolvidos e dos guindastes e que a troca do guindaste 14 se deu porque ele se encontrava em local totalmente ocioso.

Realçou a participação da iniciativa privada, sem prejuízo para o Porto e que tem em vista a redução do custo Brasil.

Sobre a licitação do Pátio de Triagem e moega informou que foram feitas 4 licitações e só na quarta foi conseguido um resultado.

Destacou que o Centro de Treinamento está sendo agilizado e a criação de uma Diretoria de Assuntos do Mar, na estrutura da APPA. Completou seu aparte informando que num certo momento 4 Shiploaders funcionaram e disse do desempenho do Portainer que pela eficiência operacional gerou de parte de determinada empresa usuária do Porto um FAX de cumprimento à Diretoria, ainda que

eficiência deve ser sempre o objetivo da APPA, concluiu o Superintendente.

O Presidente do CAP disse que as dificuldades da Cábreá para funcionar está restrita a questões pequenas. Um item relaciona-se ao seu registro na Portobrás e outro é o cumprimento de itens de segurança. E que a idéia é que ela venha a operar logo sem problemas.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan excusando-se porque o assunto que levantou não estava consignado na Ordem do Dia perguntou ao Superintendente José Anibal Petráglio, como estava sendo tratado a ATP e obteve como resposta que a APPA tem uma dívida com a ATP de cerca de 3 milhões, mas que vai saldar.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan submeteu então à decisão do CAP sugestão no sentido de encaminhar ao Presidente do Conselho de Governo da Presidência da República através do GEMPO, um Ofício para que o ATP não tenha que ir à Brasília, uma vez que a Lei 8630 dispõe que os recursos desse adicional deve ser aplicado no próprio porto que lhe deu origem.

Em aparte o Superintendente da APPA José Anibal Petráglio disse que foi mais ou menos isso que defendeu quando esteve em Brasília.

Em seguida o Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan leu um modelo de Ofício já encaminhado por outros portos, que foi aprovado. Referido ofício será encaminhado pelo CAP ao Superintendente da APPA que encaminhará a autoridade competente.

A aprovação se deu por unanimidade com manifestação dos blocos parabenizando o Conselheiro pela iniciativa.

Em seguida o Presidente Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior disse que dará andamento aquela proposição.

3- Fundo de Dragagem :

O Superintendente da APPA e Conselheiro José Anibal Petráglio passou às mãos do Presidente do CAP Demonstrativo da Receita e Despesa do Fundo de Dragagem que apresentou a seguinte situação: Saldo em 28.04.95, R\$2.064.358,24 arrecadação do mês incluindo rendimentos e juros da fatura paga com atraso, R\$830.673,61, total R\$2.895.031,85. Com a penhora judicial de R\$764.993,49 o saldo

F1.07

em 31.05.95 foi de R\$ 2.130.038,36.

Sobre o valor penhorado o Sr. Superintendente e Conselheiro Jo
sé Anibal Petrágia afirmou que ele será honrado pela APPA. Dis
se que falta considerar o pagamento do Convênio Marinha/APPa no
que tange a batimetria no valor de R\$ 30.500,00 e em andamen-
to a contratação das lanchas que darão apoio a essa batimetria
que vai ser em torno de 35 mil reais.

A batimetria que custaria perto de 400 mil reais foi feita pe-
la Marinha nesse preço.

Sobre a Dragagem informou que 08(oito) empresas se habilitaram,
uma foi desclassificada na 1ª fase, outra depois da abertura da
proposta e 06 tiveram suas propostas concorrendo.

Das participantes ganhou a BOSKALIS firma holandesa e existem
em andamento vários recursos. Entretanto, a Boskalis fez sua
defesa e esta se encontra no setor jurídico da APPA mas a im-
pressão é que os questionamentos não tem procedimento legal.
Disse que a situação do Canal de Acesso é bastante positiva e
não existe nada que possa causar sobressaltos.

Essa é a situação:

O Conselheiro José Luiz Boabaid disse que pela avaliação "pare
ce" que não vai haver, até o final da safra, prejuízo em termos
de fluxo de navios em Paranaguá?

A resposta do Superintendente é que a situação revelada permi-
te tranquilidade.

Reforçando a argumentação o Presidente do Conselho Fausto Ca-
lazans de Toledo Ribas Júnior e Capitão dos Portos disse que o
calado de 37 pés vai ser mantido e o que temos hoje em dia no
Canal da Galheta e bacia de evolução permite sem sobressaltos
navegação com 37 pés, na forma como está.

Para o Presidente não haverá obstáculos para a saída ou entra-
da de navios, independente da maré.

Indagado pelo Presidente quanto aos prazos e solução
o Superintendente disse que vai viajar para a Holanda com o
Governador do Estado e aí, conforme o resultado das demandas
pretende sugerir trocar os trabalhos da dragagem por produtos.
Isso se não houver solução. Todavia entende o Superintendente
que, em liberando a parte jurídica, terá condições de negociar o

início da dragagem sem problemas.

O Conselheiro José Silvio Gori disse que o Porto do Rio Grande está com 40 pés e que Paranaguá deve ficar atenta para não ficar atrás.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José mostrou-se preocupado se, na eventual troca de mercadorias pelo trabalho de dragagem não haverá problemas de ordem tarifária e foi respondido que não.

4- Pagamento das Indenizações (AITP) :

O Conselheiro Presidente informou que desde o dia 13.06.95 foi iniciado pelo OGMO através do Banco do Brasil S/A o pagamento da AITP para 385 trabalhadores portuários que optaram por essa indenização.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José disse que informalmente soube que estão falando que aqueles que estão recebendo a indenização voltarão a trabalhar através do OGMO. A Lei segundo o Conselheiro Arivaldo Barbosa José é bem clara "quem vende o registro não pode mais trabalhar."

O Conselheiro José Silvio Gori disse que esse boato não partiu dos empresários e nem dos Operadores Portuários pois sempre prevaleceu a orientação do cumprimento da Lei.

Para o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli tem direito ao trabalho no que diz respeito ao OGMO, o registrado. O cadastrado não. Este só em caso de algum acordo, em função das necessidades do serviço, se acharem por bem, podem trabalhar.

O Presidente disse que vai se aprofundar mais no assunto.

5- Operadores Portuários :

A situação dos Operadores Portuários relatada ao Conselho é que existem 42 pré-qualificados, O presidente disse ter informações de que existem outros trabalhando sem atender esses requisitos e solicitou informações.

O Conselheiro José Silvio Gori disse não ter informações no momento e, que o que vem sendo discutido é o não início das atividades dos Operadores.

O Conselheiro defende que só os pré-qualificados devem operar. Acha que não há problema nenhum que as empresas se pré-qualifiquem.

O Conselheiro José Roberto Almeida Correa informou ao Presidente que aqueles que não se pré-qualificaram poderão fazê-lo em qualquer tempo, desde que atendam as exigências estabelecidas pelo CAP.

Para o Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan foi aprovado o Regulamento de Pré-qualificação dos Operadores, mas que persiste 3 situações que estão interligadas aos interesses dos trabalhadores, que estão impedindo a entrada desses Operadores a operarem na APPA. Existe a posição dos usuários já pré-qualificados, a posição do Porto e a posição do Bloco dos Trabalhadores.

Entende o Conselheiro que quem não fez a pré-qualificação deixou de cumprir o Regulamento e este é uma extensão da Lei que o Pré-qualificado assume perante a Lei o direito ao trabalho, os demais não.

Já o Conselheiro Antônio Jairo Matozo do Bloco dos Trabalhadores disse que tem dois Operadores Portuários também pré-qualificados que estão em débito com os trabalhadores. Referiu-se às Agências SERVIPAR e APOLLON que estão sem pagar os trabalhadores avulsos (estivadores, conferentes, vigias, consertadores e Pessoal do Bloco) desde novembro e que nesses salários estão compreendidos o 13º salário, férias, FGTS, equipamento de proteção individual.

Na sua opinião todos os pré-qualificados continuam operando no Porto, mas as duas citadas empresas deverão ter seus registros cancelados.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli acrescentou que se tivessem entrado só os Operadores Portuários seria um ato administrativo do CAP suspendendo a atividade, cessando-lhes o registro, mas que efeito moral tem cassar o registro da SERVIPAR e APOLLON? Na sua opinião não tem como coibir esses procedimentos. O Conselheiro José Luiz Boabaid disse entender ser inconstitucional proibir a atividade comercial.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan lembrou do artigo 8º da Lei 8630 que determinou as normas de pré-qualificação dizendo que quem não tem condições de cumprir a Lei não pode trabalhar à revelia dela.

Em seguida sugeriu que fossem ouvidos o Porto e o Bloco dos Tra

balhadores para posteriormente o Conselho voltar a discussão.

O Presidente disse que vai conversar com todos os Blocos e procurar soluções para o problema.

6- Regulamento de Exploração dos Portos e Paranaguá e Antonina - Situação Atual :

A conselheira Maria do Socorro M. da Cruz disse que aguarda uma posição da APPA inclusive espera marcar uma reunião com a Diretoria Empresarial para ultimar o assunto.

O Presidente disse que pela leitura das ATAS, vários capítulos foram aprovados em reuniões anteriores, mas que faltam alguns capítulos para essa aprovação. Sobre isso pretende da mesma forma conversar com todos os Conselheiros, mas quis saber qual foi o paradigma adotado para a divisão do Regulamento. Foi informado pelo Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan que esse modelo foi buscado junto ao Porto do Rio de Janeiro.

O Conselheiro José Anibal Petráglio propôs ele trabalhar junto a Comissão para ultimar a confecção do Regulamento de Exploração dos Portos. O Presidente em razão de sua participação em várias Comissões de avaliações e estudos, sugeriu que as Comissões que forem organizadas no CAP a partir de agora passassem a se chamar de "Grupos de Trabalhos".

O Presidente disse que a partir de agora pretende conversar com os Grupos de forma informal a fim de trazer os assuntos para o CAP já avaliado.

Fora de pauta foi levantado o assunto de trânsito na área portuária mas que está incluído no contexto do Regulamento de Exploração Portuária, pelo Conselheiro José Luiz Boabaid. O objetivo é regular o fluxo de caminhões no Porto.

Sobre o problema o Superintendente portuário e Conselheiro José Anibal Petráglio disse que é seu objetivo terceirizar o Pátio de Triagem e que o assunto já está bem encaminhado. Que a idéia é informatizar de tal forma que cada caminhão esteja com todas as informações e que isso faz parte de um plano macro.

Sobre o Pátio de Triagem disse que o que for preciso será feito para melhorar o fluxo.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli aventou a possibilidade da

da adoção do modelo de Itajaí cujos caminhões não entram na cidade.

O Conselheiro Carlos Antônio Tortato falou do Plano Viário da Cidade e disse que os terminais na maioria das vezes liberam um número de caminhões no Pátio de Triagem, maior do que o necessário e que o excesso desses caminhões acabam tumultuando a vida da cidade, complicando o tráfego nas ruas.

Falou que já pediu ao DER o desmanche de uma parte da estrada que dá acesso ao porto a fim de fazer a mão dupla. Até agora não recebeu nenhuma resposta por parte do órgão.

Considerou sério o problema e isso só se resolverá se houver intenção de fazer por parte de todos.

O Presidente do CAP lembrou do item 11 do Conselho dizendo estar perfeita essa integração com o Município.

O Conselheiro José Carlos Possas disse que o Pátio de Triagem deveria funcionar como regulador de todos os caminhões que vêm à Paranaguá, mas que somente aqueles com grãos e farelos ficam no Pátio, os demais não.

Na carga congelada a disciplina do fluxo de caminhões já é feita pela empresa, conforme informa o Conselheiro Pedro Antônio Bueno de Camargo.

O Conselheiro Júlio Monteiro de Souza disse que só o estacionamento do Porto não será suficiente e considerou como elemento complicador a volta dos caminhões que ficam nas ruas aguardando carga ou pagamento de fretes.

O Presidente disse que o ideal é aproveitar o Grupo de Trabalho já existente e colocá-lo e nível do CAP.

O Conselheiro Carlos Antônio Tortato falou sobre "VIII Congresso Nacional de Municípios Portuários" realizado no Município de Itaguai nos dias 9 e 10 de junho e sobre suas conclusões que são concentradas numa carta e este ano teve uma peculiaridade: Este ano os assuntos, diferentemente dos anos anteriores, foi muito regionalizado. Falou dos investimentos do Governo Federal nesse porto e o desejo de melhoria do calado, da participação dos 14 municípios portuários e dos Sindicatos. Disse que foi elaborada uma moção dentro do qual ficou manifestada preocupação quanto a criação do GEMPO considerado como "mais um órgão centralizador".

O Presidente em aparte ao Conselheiro Carlos Antônio Tortato disse que não, e pelo contrário não é. Ele é um instrumento destinado a agilizar providências que se fizerem necessárias na modernização dos Portos. O GEMPO é uma ferramenta pela qual a APPA e CAP chegam ao Governo Federal.

Em seguida o Superintendente da APPA falou que por enquanto está na Presidência da Comissão Local de Segurança Portuária. Disse que a Comissão já existe desde 1993 formalmente, mas que na prática ela só passou a existir a partir da implementação por parte da nova direção portuária. É um instrumento de importância para a segurança portuária que tem exigido várias reuniões por parte de seus integrantes.

A Presidência dessa Comissão, por voto de todos os representantes (Polícia Federal, Receita Federal e Capitania dos Portos) foi dada ao Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina. Agora uma determinação legal vai transferir à Polícia Federal a presidência. Enquanto isso foi criado um grande plano de Segurança Portuária envolvendo todos os segmentos das Polícias e Receita Federal, da Capitania dos Portos, do próprio porto e da Secretaria de Segurança Pública e esse Plano, o Comandante do 5º Distrito Naval está solicitando modelo para implantar noutros portos.

Agora com a transferência para a Polícia Federal foi mudado também o nome da Comissão que passou a ser Comissão Estadual de Segurança Portuária.

Disse que levou à Comissão algumas idéias para compra de equipamentos e a Polícia Federal ofereceu uma das lanchas que estão sendo usadas em Itaipu e que o Plano de Segurança vai envolver um esquema específico para o trânsito, e essa segurança deverá trabalhar paralelamente com o CAP.

Por oportuno lembrou que conversou com os dirigentes do SINDEPAR a respeito do Conselho de Administração e à época, não havia interesse na sua implantação, mesmo assim o CAP indicou seus dois representantes ou seja um representante do Bloco dos Usuários e outro do Bloco dos Trabalhadores. Em razão de que na atual administração há interesse nessa implantação solicitou que lhe fosse dado o direito de fazer a indicação dos dois no-

mes para avaliação do CAP anulando a anterior.

Depois de discutido o assunto e como existiam duas indicações já definidas, o assunto ficou para a próxima reunião e os blocos farão a escolha. O Presidente em seguida falou sobre o Centro de Treinamento Portuário, falando da conveniência de ser criado um grupo de Trabalho com participação dos integrantes do CAP a fim de que tão logo sejam recebidas as diretrizes gerais o CAP já tenha alguma coisa pronta.

O Conselheiro José Anibal Petráglio disse estar em negociação para receber da Receita Federal do prédio onde está localizada a Casa do Homem do Mar em troca de outra área. É intenção realizar naquele prédio um grande projeto em parceria com a iniciativa privada onde estará incluído um Centro de Treinamento com algumas salas de aula no piso superior e uma central de atendimento ao tripulante estrangeiro, ao turista etc.

Essa é uma sugestão do Capitão dos Portos, tendo em vista a importância daquele próprio na história do porto.

O Conselheiro Carlos Antônio Tortato disse que a recuperação da Casa do Homem do Mar passa por aquela idéia de revitalização das áreas portuárias.

O Presidente do CAP após comentar sobre os cursos organizados na Capitania dos Portos disse da necessidade da criação de um outro grupo de Trabalho destinado a formação de uma Comissão de Trabalho Marítimo que venha suprir a lacuna deixada com a extinção da antiga DTM. Entende o Presidente que não há como ficar aguardando até que se solucione toda questão Capital/Trabalho e a reformulação da legislação.

Na próxima reunião do CAP o Presidente disse que poderá ser estabelecido um Plano de Ação, desde que o Conselho assim o considere. Em seguida informou que alguns CAP's no Brasil têm feito suas reuniões quinzenalmente e nessas condições, pediu uma posição dos Conselheiros a respeito.

Sobre o assunto falaram o Conselheiro José Anibal Petráglio, Carlos Roberto Frisoli, Carlos Antônio Tortato, Maria do Socorro M. da Cruz, José Silvio Gori, Pedrinho Antônio Furlan, mas ficou mantido o critério das reuniões mensais. Após, o Presidente Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior disse que gostaria

F1.14

de conversar com os Blocos sobre a criação dos três Grupos de Trabalho já objeto do comentário na reunião e que são: Grupo de Trabalho do Sistema Viário; Grupo de Trabalho visando o Centro Treinamento Portuário e Grupo de Trabalho visando a Comissão de Trabalho Marítimo.

Nada mais havendo o Sr. Presidente Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior encerrou a reunião e marcou a próxima para o dia 18 de julho às 10:00 horas na Sala do CAP no Centro Administrativo Taguaré.

A presente ATA foi lavrada pelo Secretário Executivo do CAP, Ivany Marés da Costa e após lida e aprovada será assinada pelo mesmo, pelo Presidente do CAP e demais Conselheiros que assinaram o Livro de Presença, a saber:

Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior

Ivany Marés da Costa

José Anibal Petráglio

Lourenço Fregonese

Carlos Antônio Tortato

Luiz Ivan de Vasconcellos

Nilson Viana

Augusto César Tavares Baião

José Silvio Gori

Carlos Roberto Frisoli

José Carlos Possas

Arivaldo Barbosa José

Antônio Carlos Bonzato

Antônio Jairo Matozo

Carlos Oliveira da Velha Filho

Wilson Moraes da Silva

Maria do Socorro M. da Cruz

Vilmar da Cruz Silva

Pedrinho Antônio Furlan

Júlio Monteiro de Souza

José Luiz Boabaid

José Roberto Almeida Correa

Pedro Antônio Bueno de Camargo